
2022

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PATRONATO NOSSA
SENHORA DAS DORES

2/12/2022
HP RM
Amor

INDICE

- I. **Balanço**
- II. **Demonstração de Resultados por Naturezas**
- III. **Demonstração de Fluxos de Caixa**
- IV. **Anexo**

BALANÇO

(euros)

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31.12.2022	31.12.2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4.1.4	894.070,92	856.385,30
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros participações e semelhantes			931,15
Associados/Membros			
		894.070,92	857.316,45
Ativo corrente			
Inventários	7.3	1.276,70	907,97
Créditos a receber	15.3		
Estado e outros entes públicos participações e semelhantes	15.7		
Associados/Membros			
Diferimentos	15.4	1.784,49	1.784,49
Outros ativos correntes	15.3		
Caixa e depósitos bancários	15.5	276.505,81	317.202,76
		279.567,00	319.895,22
Total do ATIVO		1.173.637,92	1.177.211,67
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS Fundos			
Excedentes técnicos	11.3	148.139,31	148.139,31
Reservas			
Resultados transitados	11.3	672.343,84	670.345,69
Excedentes de reavaliação participações e semelhantes	10.1	100.841,37	106.704,23
Resultado líquido do período		-13.979,67	-1.519,56
Total do FUNDO DE CAPITAL	16.5	907.344,85	923.669,67
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	11.6	104.540,00	151.300,00
Outras dívidas a pagar			
		104.540,00	151.300,00
Passivo corrente			
Fornecedores	15.6	129.757,28	47.021,87
Estado e outros entes públicos participações e semelhantes	15.7	20.235,79	17.373,21
Financiamentos obtidos	11.6	11.760,00	
Diferimentos			
Outros passivos correntes	15.8		37.846,92
		161.753,07	102.242,00
Total do PASSIVO		266.293,07	253.542,00
Total dos FUNDOS PATRIMONIAIS e do PASSIVO		1.173.637,92	1.177.211,67

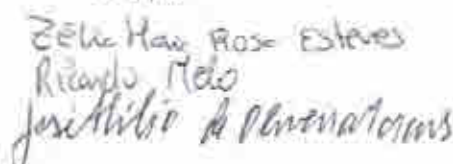
06 de Março de 2023

Contabilista,


53125

A

Direcção,


Zélio Hugo Rosa Esteves
Ricardo Melo
José António A. Penha Torres

Património Nacional - Anonimada das Datas

Rua Dr. Correia de Miranda, n.º 27 - 1710-758 Tróia

NIPC: 500884790 - Publicação em Diário da República n.º 187, II Série de 13/06/1999

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

(Euros)

RENDIMENTOS/GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	8.1	184.830,39	164.609,21
Subsídios, doações e legados à exploração	8.2	867.449,47	326.492,34
Variação nos inventários de produção	8	-	-
Tributação para a própria entidade	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	2.8	-52.640,58	-38.646,53
Fornecimentos e serviços externos	15.11	-60.341,84	-41.672,60
Gastos com o pessoal	15.1	-456.007,13	-395.798,16
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	-14	-	-
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-14	-	-
Provisões (aumentos/reduções)	-14	-	-
Provisões específicas (aumentos/reduções)	8.7	-	-
Outras imparidades (aumentos/reduções)	8	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	-	-	-
Outros rendimentos	15.13	7.150,77	3.032,36
Outros gastos	15.12	-247,00	-7.756,73
Resultado antes de depreciações, custos de financiamento e impostos	-	-1.138,72	10.255,81
Outros (reversões de depreciação e de amortização)	14	12.654,85	11.407,32
Resultado operacional (antes de custos de financiamento e impostos)	-	-13.792,37	1.450,81
Lucros e rendimentos similares obtidos	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	15.14	-187,3	388,25
Resultado antes de impostos	-	-14.079,67	-1.519,56
Imposto sobre rendimento do período	-14	-	-
Resultado líquido do período	-	-14.079,67	-1.519,56

06 de Março de 2023

O Contabilista


53125

A Direção

Zelia Maria Rosa Esteves
Ricardo Melo
José Hilário de Oliveira Martins


DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(euros)

	CÓDIGO	Período	
		2022	2021
Fluxo das Atividades Operacionais - método direto			
Aquisição de imóveis e direitos pagamentos de utilidade	<	646.240,00	444.373,23
Pagamentos e Administração		(345.667,33)	(229.513,23)
Pagamentos pessoais			
Cotações de partes operacionais	<	304.572,80	104.979,86
Pagamentos/recebimentos de imposto sobre o rendimento	<		
Outros recebimentos/passivos	<	(259.742,23)	(205.268,22)
Fluxo das Atividades Operacionais (1)		19.820,60	83.091,19
Fluxo das Atividades de Investimento			
Pagamentos recebíveis de:			
Ativos não tangíveis		80.880,22	
Ativos tangíveis			
Investimentos financeiros	<		319,23
Outros grupos	<		
Respostas provisionais de:			
Ativos tangíveis	<<<		
Ativos intangíveis	<		
Investimentos financeiros			
Outros grupos			
Impostos e contribuições sociais			
Outros			
Fluxo das Atividades de Investimento (2)		80.880,22	319,23
Fluxo das Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Emissão de títulos			
Realização de fundos			
Captação de empréstimo	<		
Doações			
Mutua passíveis de financiamento/Pagamentos suspensos			
Financiamentos obtidos		39.000,00	
Juros e gastos similares		(87,30)	258,75
Dividendos			
Recebido de fundos			
Outras operações de financiamento			
Fluxo das Atividades de Financiamento (3)		38.912,70	258,75
Mudança líquida em caixa e equivalentes (1 + 2 - 3)	<	59.733,52	83.669,17
Fluxo das operações de caixa	<		
Saldo para operações de caixa no período	15	117.292,70	254.360,50
Saldo à conta equivalente no final do período	15	277.026,22	338.029,67

06 de Março de 2023

o Diretor(a):


53125

o Diretor:

Zélia Maria Rosa Esteves
Ricardo Melo
José Vítor de Almeida Martins

ANEXO

da entidade finda em 31.12.2022 (ESNL)

1 – Identificação da entidade:

O Patronato Nossa Senhora das Dores NIPC 500884790 é uma Instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 187, II Série de 13/08/1949, com sede na Rua Dr. Correia de Miranda, n.º 27, em Travassô – Águeda. A Instituição desenvolve atividades de apoio social para pessoas idosas, nomeadamente através do serviço de Apoio Domiciliário, bem como atividades de apoio social para crianças e jovens, através das respostas sociais Creche, Jardim de Infância e ATL.

2 – Referencial Contabilístico de Elaboração das Demonstrações Financeiras.

2.1 - A preparação das demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

2.2 - A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano Oficial de Contas) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura foram alteradas de modo a haver comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

2.3 – Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.
Não aplicável.

2.4 - Indicação e comentário das contas do Balanço e da Demonstração dos Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior bem como das quintas relativas ao período anterior tenham sido ajustadas.
Todas as rubricas das Demonstrações Financeiras são comparáveis com as do exercício anterior,

Estados
Rat
[Assinatura]

3 – Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

Bases de Apresentação

As Demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico e dos seguintes princípios contabilísticos:

- **Continuidade**
Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.
- **Regime do Acréscimo (periodização económica)**
Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e os montantes pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas “créditos a receber” e “Diferimentos”.
- **Consistência de Apresentação**
As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.
- **Materialidade e Agregação**
A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.
- **Compensação**
Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Proteções
AR
HP
Amorim

- **Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o princípio da continuidade da entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

1. A natureza da reclassificação;
2. A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- e
3. Razão para a reclassificação

- **Outras políticas contabilísticas**

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa estimados sempre que possa ser medido de forma viável.

- **Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspectiva de continuidade não tendo a entidade a intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

- **Principais fontes de incertezas das estimativas**

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas demonstrações financeiras apresentadas, embora tenhamos que ter em atenção que a pandemia COVID-19 poderá vir a ter efeitos negativos.

- **Alterações nas políticas contabilísticas:** indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

Não aplicável.

- **Alterações nas estimativas contabilísticas:** indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.

Não aplicável.

- **Correcção de erros de períodos anteriores:** indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período, os erros não são materialmente relevantes e a sua correcção efetuada utilizando a conta de resultados transitados.

A: Ativos Fixos Tangíveis

Divulgação para cada classe de ativos fixos tangíveis

Os critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta.

Estas
RM
Amorim

Um item do ativo fixo tangível que seja classificado para reconhecimento como um ativo é inicialmente mensurado pelo seu custo de aquisição ou de produção e subsequentemente pelo seu custo deduzido de qualquer depreciação acumulada. O custo de aquisição ou produção inicialmente registrado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de reestruturação dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com a manutenção e reparação dos ativos são registados como gasto do período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

Os métodos de depreciação usados

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis ou taxas de depreciação usadas

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo:

Descrição	Vida Útil Estimada (anos)
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento Básico	7 a 8
Equipamento de Transporte	4
Equipamento Administrativo	3 a 6
Outros Activos Fixos Tangíveis	3 a 4

B: Ativos Intangíveis

Divulgação para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis

Os Ativos Intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam actividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida Útil Estimada (anos)
Programas de Computador	3

C: Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retractor o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

D: Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Estas
Rafael
Amorim

E: Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um ex-fluxo que seja razoavelmente estimado.

As provisões são revistas à data de cada balanço e ajustadas para reflectir a melhor estimativa a essa data.

F: Financiamentos Obtidos

Os "Empréstimos Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Os "Encargos Financeiros" de "Empréstimos Obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do activo.

G : Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) "As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

4 — Ativos fixos tangíveis:

4.1 — Bens do domínio público

- A entidade não usufrui de "Ativos Fixos Tangíveis" do domínio público.

4.2 — Bens do património histórico, artístico e cultural

A entidade não usufrui de "Ativos Fixos Tangíveis" do domínio público.

4.3 — Outros Ativos Fixos Tangíveis;

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, evidenciando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações:

78/2022
Art. 10
Anexo

Ano de 2022	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências / Abatimentos	Revisões	Saldo Final
Edifícios e outras construções	1.088.699,18	17.206,22			1.105.905,40
Equipamento básico	86.610,34				86.610,34
Equipamento de transporte	151.711,65	33.133,05			184.844,70
Equipamento administrativo	50.519,61				50.519,61
Outros Ativos fixos tangíveis	34.132,94				34.132,94
Total	1.411.673,72	50.339,27			1.462.012,99
Depreciações acumuladas:					
Edifícios e outras construções	334.995,75	10.489,72			345.485,48
Equipamento básico	78.381,69	581,87			78.963,56
Equipamento de transporte	149.294,57	1.380,55			150.675,12
Equipamento administrativo	50.519,61				50.519,61
Outros Ativos fixos tangíveis	30.251,80	201,50			30.453,30
Total	643.443,42	12.653,65			656.097,07
Ativo Líquido	856.385,30				894.070,92

5 – Ativos intangíveis:

Não aplicável.

6 – Custos de empréstimos obtidos:

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

7 – Inventários:

Os inventários estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. As saídas em armazém são valorizadas ao custo médio ponderado.

Quantia reconhecida como gastos “Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas” durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2022, detalhando-se como se segue:

	Saldo em 31-12-2022	Saldo em 31-12-2021
Inventários Iniciais	907,97	941,12
Compras	58.012,31	28.679,66
Inventários finais	1.176,70	907,97
Gastos do Período	57.643,08	28.646,51

8 – Rendimentos e ganhos:

8.1 – Rédito:

O rédito encontra-se mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, relativamente aos serviços prestados aos utentes da instituição, bem como os subsídios mensais recebidos dos acordos com a Segurança Social.

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

	Ano de 2022	Ano de 2021
Vendas	216,78	36,75
Prestação de Serviços	198.413,61	154.568,46
Subsídios, Doações Leg. Exploração	364.874,77	824.147,19
Compa. Fundação CRSA Aveiro	1.011,82	17.440,34
Outros Rendimentos	46.387,76	170,79

*Estas
RM
Amoiz*

Receitas	9.649,82	8.203,30
Outros Rendimentos	2.344,33	3.263,35
Outros Rendimentos	7.150,77	1.397,53
Despesas Administrativas	3.477,00	2.896,91
Despesas de gestão e pagamento obrigatórias	88,41	50,07
Total	570.655,38	481.784,76

Na rubrica de Vendas encontram-se registados os valores correspondentes aos bens obtidos no banco alimentar.

Em Prestações de serviço encontra-se registado as quotas dos utilizadores.

9 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes:

Não aplicável.

2/2023
BVT
H. Amaro

10 – Subsídios e outros apoios das entidades públicas e outras entidades

Reconciliação de quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidas nos fundos patrimoniais:

	Ano de 2022		Quantia Escriturada
	Valor Total do Rubricado	Reduções	
Subsídios relacionados com ativos:			
Subsídios PIDAF 2006	18.252,07	1.531,76	16.720,31
Subsídios Obras CMA	22.250,00	300,00	21.950,00
Subsídios Particulares	13.857,01	312,38	13.544,63
Total	106.704,23	2.345,15	104.359,08

11 – Instrumentos Financeiros:

Para os períodos findo em 2021 figura no Balanço no ativo não corrente em Investimentos Financeiros, o montante de 931,15 euros. Estes valores referem-se às contribuições para o fundo de compensação de trabalho, que deixaram de ser obrigatórias.

Descrição	Ano de 2022	Ano de 2021
Fundo de Compensação do Trabalho	0,00	931,15
Total	0,00	931,15

12 – Benefícios dos empregados:

12.1 O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2022 foi de 28.
Os órgãos diretivos são constituídos pela Direcção 5 elementos e o Conselho Fiscal por 3 elementos

12.2 Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

	Ano de 2022	Ano de 2021
Remunerações aos Órgãos Sociais		
Remunerações ao Pessoal	668.725,20	314.705,40
Benefícios Pós-Emprego	-	
Indemnizações		
Encargos sobre as Remunerações	79.306,78	78.953,56
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	6.782,23	1.841,37
Gastos de Acção Social	-	
Outros Gastos com o Pessoal	1.102,02	298,23
Total	456.007,18	395.798,56

13 – Acontecimentos após a data do balanço:

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2022, embora tenhamos que estar atentos à imprevisibilidade originada pela pandemia COVID-19 e a guerra na Ucrânia.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

14 – Agricultura:

15 – Divulgações exigidas por outros diplomas gerais:

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

*Estêvão
Rt
Amorim*

16 – Outras divulgações:

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

16.1 – Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Não aplicável

16.2 – Clientes e Utentes

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	Ano de 2022	Ano de 2021
Ativo Corrente		
Clientes e Utentes c/c		
Clientes e Utentes títulos a receber		
Outros acréscimos de rendimentos		
Total	0	10,240,10

16.3 – Outros Ativos Correntes

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica “Outros Ativos Correntes” tinha a seguinte decomposição

Descrição	Ano de 2022	Ano de 2021
Adiantamentos ao pessoal		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Outros Devedores		
Total		

16.4 — Diferimentos

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica "Diferimentos" tinha a seguinte decomposição

Descrição	Ano de 2021	Ano de 2020
Gastos a Reconhecer		
Seguros	1.784,49	1.784,49
Outros		
Total	1.784,49	1.784,49
Rendimentos a Reconhecer		
Total		

16.5 — Fundos Patrimoniais

As variações em "Fundos Patrimoniais" foram as seguintes:

	31-12-2021	Aumentos	Diminuições	31-12-2022
Fundos	148.139,31			148.139,31
Excedentes técnicos				
Reservas				
Resultados transitados	670.345,69		(1.519,56)	668.826,13
Subsídios ao investimento	106.704,23		(7.845,15)	104.359,08
Outras variações nos fundos patrimoniais				
Resultado Líquido do Período	(1.519,56)		(12.460,11)	(13.979,67)
Total	923.669,67			907.344,85

*gestões
RM
Amis*

16.6 — Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	Ano de 2022	Ano de 2021
Passivo		
Fornecedores	129.757,28	47.021,87
		7
Total	129.757,28	47.021,87

16.7 — Estado e Outros Entes Públicos

O saldo da rubrica de "Estado e Outros entes Públicos" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	Ano de 2022	Ano de 2021
Ativo		
Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Total	-	-
Passivo		
Imposto Sobre o Rendimento (IRC)		
Retenção de impostos sobre o Rendimento	3.016,00	2.223,50
Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA)		
Segurança Social	17.219,79	15.149,71
Caixa Geral de Aposentações		
ADSE		
Total	20.235,79	17.373,21

16.8 – Outros Passivos Corrente

A rubrica “Outros Passivos Correntes” desdobra-se da seguinte forma:

	Ano de 2022			2021		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Pessoal						
Impostos a pagar				37.846,92		
Outras retenções						
Fornecedores de Inv.						
Credores por acr. de gastos						
Adiantamentos por conta Vendas						
Outros Credores				1.300,00		
Total				39.146,92		

16.9 – Fornecimentos e serviços externos

A rubrica “Fornecimentos e serviços externos” decompõem-se da seguinte forma:

Descrição	Ano de 2022	Ano de 2021
Sucontratos	3.422,00	5.553,00
Serviços Especializados	13.881,48	5.316,23
Vigilância e Segurança		
Honorários		
Conservação e Reparação	8.673,01	3.456,96
Serviços Bancários		218,70
Outros Serviços		
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	880,87	1.125,14

Festres
RH
Amim

Material de Escritório	796,80	1.282,57
Artigos para Oferta		
Outros Materiais	808,45	1.690,85
Eletricidade	6.397,23	5.512,63
Combustíveis	15.553,72	8.754,60
Água	3.630,16	2.894,74
Gás	11.918,71	5.552,08
Deslocações e Estadas	116,44	111,70
Comunicação	2.019,17	1.760,44
Seguros	2.974,51	4.152,80
Contencioso e Notariado		25,00
Limpeza, Higiene e Conforto	10.251,71	3.401,91
Outros Serviços		92,40
Total	60.241,54	41.672,60

16.10 — Outros Gastos e Perdas

A rubrica "Outros Gastos e Perdas" decompõem-se da seguinte forma:

Descrição	Ano de 2022	Ano de 2021
Impostos		127,00
Dívidas incobráveis		
Outros Gastos e Perdas	180,00	7.633,62
Gastos com apoios financeiros concedidos		
Total	180,00	7.760,62

16.11 — Outros Rendimentos e Ganhos

A rubrica "Outros Rendimentos e Ganhos" decompõem-se da seguinte forma:

	2022	2021
Rendimentos Suplementares	1.457,65	2.966,01
Descontos de P.P. Debitos	68,44	66,35
Imputação Subsídios ao Investimento	2.345,15	
Correções Relativas a Exercícios Anteriores		
Outros rendimentos e ganhos	5.3024,69	
Total	9.499,92	3.032,36

16.12 — Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	Ano de 2022	Ano de 2021
Juros e gastos similares suportados:		
Juros suportados	187,30	368,75
Outros gastos e perdas de financiamento		-
Total	187,30	368,75
Juros e gastos similares obtidos:		
Juros obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	-	-
Resultados Financeiros	(187,30)	(368,75)

6

Estevão
RM
Amis

16.13 – Composição da direcção:

a) O número de membros directivos:

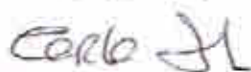
	Ano de 2022	Ano de 2021
Número Membros Directivos	5	5

b) A Direcção atual é composta pelos seguintes elementos:

Presidente: Zélic Maria Rosa Esteves
Vice-Presidente: Ricardo Melo
Vice-Presidente: JOSÉ ABILIO DE OLIVEIRA MORAIS
Vice-Presidente:
Vice-Presidente:

Travassô, 06 de Março de 2023

O Contabilista,



A Direcção,

